

ENTRE MEMÓRIAS E RELATOS: O LAZER DOS SEM TERRA

BETWEEN MEMORIES AND STORY: THE LEISURE OF THE LANDLESS

Antonio Ribeiro Alves 1

Alderise Pereira da Silva Quixabeira 2

Maria Helena Cariaga 3

Ruhena Kelber Abrão 4

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral Compreender o entendimento de lazer dos estudantes Sem Terra, do Curso de Serviço Social, modalidade Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A partir desse objetivo traçamos breves apontamentos sobre o Lazer e os movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e descritiva. Os dados foram coletados no mês de fevereiro durante as aulas de Leitura e Interpretação de Textos, no segundo semestre do curso. Cabe ressaltar que as aulas estão acontecendo pela plataforma google meet por conta da Pandemia. Para a análise de dados foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD). Ressalta-se que os estudantes do Curso de Serviço Social modalidade PRONERA da Universidade Federal do Tocantins entendem o lazer como momento de descontração que gera bem-estar; momento de descanso em companhia familiar e que as suas contribuições são relevantes no cotidiano dos Sem Terra.

Palavras-chave: Lazer. Sem Terra. Estudantes. Serviço Social.

Abstract: This article aims to understand the understanding of leisure of Landless students, from the Social Service Course, National Program of Education in Agrarian Reform (PRONERA) at the Federal University of Tocantins (UFT). Based on this objective, we draw brief notes on Leisure and the movements of the Landless Rural Workers (MST). This is a research with a qualitative and descriptive approach. Data were collected in February during Reading and Text Interpretation classes, in the second semester of the course. It is noteworthy that the classes are taking place on the google meet platform due to the Pandemic. For data analysis, Discursive Textual Analysis (ATD) was used. It is noteworthy that students of the Social Service Course PRONERA modality at the Federal University of Tocantins understand leisure as a moment of relaxation that generates well-being; moment of rest in family company and that their contributions are relevant in the daily lives of the Sem Terra.

Keywords: Leisure. Landless. Students. Social Service.

-
- 1 Graduando em Educação Física. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Miracema, do Tocantins, Tocantins, Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051493710435566>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5314-548X>. E-mail: ribeiroalves@uft.edu.br
 - 2 Mestre em Ensino em Ciências e Saúde. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Miracema, do Tocantins, Tocantins, Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051493710435566>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7465-2587>. E-mail: alderisep@hotmail.com
 - 3 Doutora em Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Miracema do Tocantins, Tocantins, Brasil.
Lattes: lattes.cnpq.br/1582473058908356. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5280-6263>. E-mail: mariahelenacariaga@gmail.com
 - 4 Doutor em Educação em Ciências, Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, Tocantins, Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5372413745002335>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8829-64373>. E-mail: kelberabrao@gmail.com

Introdução

Embora tenhamos o senso comum (a partir da Declaração dos Direitos Humanos) que somos iguais em dignidades e direitos, estes não são materializados de fato, seja na educação, no lazer e na saúde, por exemplo. Logo, um dos primeiros entraves para a inserção das Pessoas Sem Terra no mercado formal de trabalho é advindo da formação básica, isto é, a escola. Nota-se que as pessoas Sem Terra, infelizmente, permanecem menos tempo na escola do que as demais.

Logo, a partir dessas informações notamos que assim como a negação do direito de educação e saúde, outro direito constitucional é negado a essa população, o lazer. Nesse sentido, o lazer não é um termo que se pode definir em sua forma exata, mas sim, por meio do estado ou condição que cada indivíduo apresenta em sua forma humana, seguindo suas características, cultura e o meio. No cenário atual, o lazer traz consigo um dos vários fatores que influenciam a humanidade em seu desenvolvimento no contexto da sociedade. A sua presença nas atividades sociais, como nos institutos, centros, grupos de pesquisas e universidades, vêm mostrando uma importante atenção para a problemática do lazer frente à sociedade (SOUZA; SILVA, 2019; NASCIMENTO *et al* 2021).

De acordo com Marcellino (2010), o lazer está associado ao estilo de vida, ligado principalmente às experiências vividas, ocorrendo a qualquer momento. Em sua pesquisa, ele cita práticas que se pode fazer no dia a dia, como repousar, divertir-se com jogos no sentido de recreação, entreter-se. Cabe ressaltar que o lazer atualmente é visto como uma característica individual da pessoa, apresentando, assim, variações necessárias para proporcionar a construção de momentos atenuantes para um descanso físico, mental e social. O uso adequado de atividades de lazer desencadeia a melhoria da utilização de processo de trabalho, convívio familiar e de atributos sociais (DHARLLE, *et al*, 2021).

O lazer no contexto atual é narrado como um instrumento de inclusão ao meio e também para a distinção social é baseado na prática do homem, realizadas após seus afazeres obrigatórios (DUMAZEDIER, 1973). Significa que as pessoas de baixa renda ou marginalizadas, que na maioria das vezes moram nas periferias urbanas, não possuem acesso a equipamentos ou práticas de lazer em seu cotidiano, pois nem mesmo tem disponibilizado serviços de qualidade como saúde, saneamento básico, nem sistemas de transporte e urbanismo, isto é, alguns dos determinantes sociais em saúde. Logo, as atividades de lazer são colocadas em último grau de importância (AULICINO, 2011).

A partir disso, nosso trabalho apresenta resultado da análise realizada junto aos Sem Terra, estudantes do Curso de Serviço Social modalidade Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) da Universidade Federal do Tocantins, estudos bibliográficos e documentos que propõem e orientam acerca do lazer, buscando compreender as contribuições deste para o bem-estar.

O presente estudo tem como objetivo geral: Compreender o entendimento de lazer dos estudantes do Curso de Serviço Social, modalidade PRONERA, da Universidade Federal do Tocantins. Objetivando especificamente: Realizar breves apontamentos sobre o lazer; entender o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e apresentar a análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado aos estudantes Sem Terra.

Nossa justificativa para este estudo parte sob três vieses: a pessoal, pois assim como parte, ou a totalidade destes estudantes também teve uma dificuldade e permanecer na escola por questões financeiras chegando à universidade com uma idade bem diferente dos demais colegas. A perspectiva acadêmica, a qual este é o primeiro trabalho envolvendo esse público e, no estado do Tocantins, o primeiro estudo envolvendo lazer e sem terra e a justificativa social, a qual precisamos realizar a devolutiva aos estudantes pesquisados e ressaltar que Lazer não é um benefício, mas sim um direito garantido em nossa constituição.

Para nos auxiliarmos no cumprimento dos objetivos propostos tivemos como questão que norteia esta investigação: Quais as contribuições do lazer para o bem-estar dos estudantes do Curso de Serviço Social modalidade PRONERA da UFT? Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, descritiva e com aplicação de técnica com grupo focal. O instrumento metodológico selecionado foi o *Standards for Quality Improvement Reporting Excellence* (SQUIRE 2.0).

O lazer está presente em diferentes tempos e lugares e de acordo com o contexto histórico

e social, conforme Pereira (2018), O lazer é essencial para manutenção da saúde, integridade física e mental do trabalhador, considerando a importância do direito ao lazer tanto quanto do direito ao trabalho.

Contudo, Lopes (2017, p.19), relata que com a inclusão do lazer como direito social na Constituição de 1988, os estudos sobre ele ganharam novos impulsos e legitimidade. Na sequência houve um maior número de profissionais que passaram a investigar essas questões, nos fazendo perceber a pluralidade de áreas como, a “Educação Física, Sociologia, Serviço Social, dentre outras, que discutem temas como os aspectos do lazer, a sua observância como direito, as desigualdades e as políticas públicas que devem concretizá-lo”.

Logo, este trabalho está estruturado em partes, a qual, na primeira, apresentamos os materiais e métodos, exibindo os aspectos éticos; o desenho, local e período do estudo; amostra e critérios de inclusão; coleta e análise dos dados. No que tange a parte teórica organizamos em dois em subtópicos, no qual o primeiro tem como título: Breves apontamentos sobre o lazer e o segundo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na parte seguinte, apresentamos a análise e discussão dos dados coletados por meio da aplicação do questionário contendo 2 questões abertas, de forma simples, aplicado para 14 sujeitos participantes da pesquisa, sendo estes estudantes do Curso de Serviço Social modalidade PRONERA da UFT. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências usadas como embasamento na construção teórica do texto.

Para realização deste trabalho, no que tange ao estudo bibliográfico, tivemos embasamento teórico em autores como: Costa (2015); Galante (2018); Ebling e Abrão (2020); Aquino e Martins (2007); Silveira (2015); Dias, (2017); Figueiredo e Sare (2014); Mocelino (2011 e 2014); Formolo (2018); Boldi e Orso (2013); Barros e Teixeira (2018); Jorge (2019); Fernandes, (2012); Dumazedier (1973); Pereira (2018), além de Leis e normativas que amparam legalmente o lazer e o movimento rural.

Fundamentação teórica

Breves apontamentos sobre o lazer

Ao discutirmos sobre o lazer, percebemos que ele é de interesse de diversas áreas, pois de acordo com Costa (2015, p.15):

as principais linhas de pesquisa interessadas por este objeto estão vinculadas a um grande leque de disciplinas: “sociologia, filosofia, etimologia, história, geografia, administração, economia, arquitetura e urbanismo, matemática, enfermagem, turismo e hotelaria, educação física, antropologia, pedagogia e psicologia.

A partir disso, conforme os achados teóricos de Galante (2018) são recorrentes, no Brasil, as pesquisas sobre lazer que buscam situar cronologicamente seu surgimento, ou ainda conceituar tal fenômeno e analisar os significados por ele incorporados ao longo do tempo.

Desse modo, ancorado nas pesquisas Costa (2015) e Ebling e Abrão (2020) a discussão sobre o período de surgimento do lazer é motivo de polêmica entre os pesquisadores. Alguns acreditam que ele sempre existiu e variaram apenas os conceitos sobre o que era e quais eram os seus significados. Outros acrescentam ainda que ainda hoje existem palavras que seriam facilmente confundidas com o lazer como ócio, recreação, descanso, lúdico, jogo, brincadeira.

Nesse contexto, Aquino e Martins (2007, p.485) afirmam que:

O ócio é tão antigo quanto o trabalho, porém, somente após a Revolução Industrial, com o surgimento do chamado tempo livre, que representa uma conquista da classe operária frente à exploração do capital, é que foi evidenciado, ocorrendo a nítida separação entre tempo-espço de trabalho (produção)

e lazer (atividades contrárias ao trabalho) enquanto tempo para atividades que se voltam para a reposição física e mental. É na Grécia Antiga de Aristóteles, onde trabalho e lazer seriam conceitos antagônicos e com valores distintos do que vimos hoje. Trabalho seria para os escravos e, lazer, para os homens que se dedicavam à poesia, à música; às artes, enfim. Hoje, a temporalidade é recurso da cisão entre trabalho e não-trabalho. Antes o ócio ou lazer era uma condição de liberdade: o indivíduo de classes abastadas não precisava trabalhar.

Com a industrialização, o lazer passa a ser compreendido “como uma atividade ancorada na existência de um tempo livre, fomentado e reconhecido legalmente, e que poderia ser exercido autonomamente pelos trabalhadores, tendo por base sua condição socioeconômica e seus valores sociais” (COSTA 2015, p. 16).

Tomando como referência Silveira (2015), para o fortalecimento teórico da nossa abordagem acerca do lazer no Brasil iremos apresentar uma análise dos quatro períodos discutidos pela autora, para tanto vamos utilizar alguns recortes de sua Tese de Doutorado em Políticas Públicas, intitulada de: Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica de políticas públicas de lazer no Brasil. Em que o primeiro período compreende aquele que inicia com o governo provisório e encerra com o fim do Estado Novo entre os anos 1930 a 1945, o segundo período da República populista do golpe militar entre os anos de 1946 a 1964, o terceiro do Estado Democrático ao Estado Neoliberal entre os anos de 1985 a 2002 e o quarto período denominado de Estado social liberal de 2003 a 2010.

Ao que se refere ao primeiro período é possível observar tendo como base os estudos pautados em Silveira (2015), que ao longo dos quinze anos do governo Vargas foram promulgadas duas Constituições, uma em 1934 e outra em 1937 compreendida com o pensamento autoritário do “Estado Novo”. Nesse sentido, o autor ressalta que.

Esse período foi concentrado em ações de controle social, que consideramos reflexo de todo o aparato ideológico apoiado pela legislação Nacional. Ao começar pelas constituições, teremos algumas evidências que demonstram os caminhos fracionados da trajetória das políticas públicas de lazer no Brasil (SILVEIRA 2015, p. 161).

Com relação à constituição de 1934, aprovada por Assembleia Constituinte, Silveira (2015), destaca que é possível encontrar pelo menos três disposições que nos permitem inferir sobre os limites do uso do tempo livre com liberdade, pois mesmo se a concepção, no senso comum, era de lazer como sinônimo de recreação no sentido estrito, a sua funcionalidade foi revertida em outro objetivo, no qual a função assumiu papel negativo, onde a recreação serviu apenas como forma de manipulação da classe trabalhadora e enquadramento moral da Juventude (MOCELIN, 2011).

Em seus achados científicos Silveira (2015), destaca que nesse período, a Educação Física, sobre os cuidados do aparelho estatal, foi atribuída a missão higienista e funcional, antecipando-se às ações na área de recreação, já que no âmbito do lazer, ação do poder público conta com a constituição como aliada apenas na limitação dos direitos individuais e coletivos, reduzindo a política federal à continua implantação e manutenção de espaços livres que ampliaram a qualificação urbana com jardins, passeios públicos e parques destinados ao aproveitamento do tempo livre pela elite (SILVEIRA, 2015).

Costa (2015, p.16), relata que considera,

o lazer anterior à própria civilização, pois o homem não seria o único animal a se divertir e brincar, pois, o tempo fora-do-trabalho seria tão antigo quanto o trabalho. Para alguns pesquisadores, os jogos e festas do período arcaico, a ociosidade dos filósofos da Grécia antiga e o período em que trabalhadores eram impedidos de desenvolver suas atividades

devido ao mal tempo e à falta de tecnologia eram também considerados tempo de lazer.

Silveira (2015) relata que passados apenas três anos da Constituição anterior, a Constituição de 1937 foi justificada pela possibilidade de um golpe que durante o governo de Getúlio Vargas que causava temor e insegurança política. O estado Novo viu na educação física a possibilidade de implementar dois projetos políticos ideológicos e específicos já então bastante discutido no meio intelectual e político:

Primeiro, higiênico e eugênico, para melhoria da taxa brancos (negros, índios e mestiços), segundo o preparo do corpo produtivo, que por meio da Eugênia iria melhorar a capacidade de defesa da Pátria frente a inimigos internos e externos, bem como iria incorporar valores de disciplina e organização que implicavam em melhor preparo da força de trabalho Industrial (BUENO 2008, p. 107).

O ciclo das políticas de lazer operária do período de 1943 a 1945 constituiu o que denominou de fase experimental, pois não se encerra com a dissolução do Estado Novo, dado que vai assumir nova configuração com o Regime Político que se estabelece a partir de 1946, sobre a influência de vários contextos inclusive de âmbito internacional (SILVEIRA, 2015, DIAS, 2017).

Ao que tange ao segundo período citada por Silveira (2015), observamos que este período foi caracterizado como um período político intermediário ou da denominada a república populista de 1946 a 1964. Logo, observamos ainda que houve ascensão e a crise do populismo já instaurada desde o governo Vargas, marcado principalmente pelo pensamento de que as políticas públicas seria instrumento de integração (DIAS, 2017).

A partir dos autores supracitados, podemos inferir que o princípio organizador das políticas públicas no período de ascensão do popularismo que aconteceu entre os anos de 1945 a 1960, foi “o da ampliação da participação, cujo efeito esperado era de estabelecer assim uma moeda de troca política de igual consagrando o “pão e circo” para recreação da massa popular brasileira” (SILVEIRA 2015, p. 169 – 170).

Desse modo, conforme Silveira (2015) e Dias (2017) o Serviço de Recreação Operária manteve-se atuante nos dois momentos da República Populista servindo, inicialmente ao propósito dos arranjos e corporativismo que viabilizaram a industrialização. Logo, para os autores em destaque ainda na segunda metade da década de 50, à época o Ministério da Educação e Cultura, hoje apenas Ministério da Educação também protagoniza o lazer no âmbito federal, contribuindo com uma política engajada na implementação das denominadas “ruas de recreio” que já eram consagrados em Porto Alegre, por exemplo, desde a década de 20 (FIGUEIREDO e SARE, 2014).

Sendo assim, observamos as dimensões do lazer e inseridas em uma proposta capitalista, no qual surgem o turismo, o esporte e o entretenimento como produtos da iniciativa privada, no qual o papel do Estado corresponderá apenas ao ordenador da infraestrutura necessária aos investidores centralizando suas ações nas necessidades básicas da população e estimulando abertamente o consumo imitativo e ostentatório (MARCELLINO, 2012).

Ao que diz respeito a terceira fase a do Estado Democrático do Estado Neoliberal entre os anos de 1985 a 2002, com base na leitura realizada em Silveira (2015) e Marcelino (2011), notamos que não teremos espaço para discutir as consequências dos 20 anos do regime militar no Brasil, porém lembramos que a peculiaridade da situação de dependência externa é um dos aspectos essenciais para a interpretação deste e de outros momentos históricos nacionais.

Nessa fase o estado democrático, conforme o texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, está destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e Internacional, com a solução pacífica das controvérsias (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, Silveira (2015, p. 178) corrobora.

De 1964 até o fim do regime militar o lazer não encontrou abrigo institucional, é certo por algumas iniciativas pontuais vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, como o “esporte para todos”, que aplicou suas diretrizes para a orientação do tempo livre dos cidadãos participantes.

Na Constituição de 1988, dentre os direitos sociais e individuais que devem ser assegurados pelo estado, o lazer está ao lado da educação, da Saúde, da alimentação e, do trabalho, da moradia, da segurança, da previdência social, da promoção à maternidade e a infância e da assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

De acordo com Silveira (2015, p. 182).

Em meio a inflação galopante dos anos 80 foi criado, em 1985 o Ministério da Cultura, desvinculando-se do Ministério da Educação e Cultura, para implementação de uma Política Nacional de Cultura, condizente com os novos tempos, de diversidade cultural e ampliação dos projetos de revitalização do patrimônio histórico ao mesmo ritmo de desenvolvimento já alcançado pelo país. Neste período o lazer foi um tema periférico, não institucionalizado e, por sua vinculação constitucional com o desporto, para a promoção social, acompanhou a trajetória do esporte na agenda pública federal. A complexidade da análise se inicia pela confusa e instável organização institucional. É assim que, em 1992 foi reestruturado o Ministério da Educação, observando as atividades da Secretaria dos Desportos, e passando a denominação de Ministério da Educação e do Desporto. Em seguida, foi criado o Ministério de Estado Extraordinário dos Esportes, cuja existência compreendeu o período de 1995 a 1998, quando o tema do esporte retornou para o Ministério da Educação e do Desporto para, em 1999 ocupar pasta do Ministério do Esporte e do Turismo, onde permaneceu até o final de 2002.

Relativo à quarta fase que foi denominada de Estado social Liberal e aconteceu entre os anos de 2003 a 2014, Silveira (2015), descreve que com o início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o princípio organizador que se estabelece nas políticas públicas é o do enfrentamento da pobreza centralizado na estratégia da transferência de renda articulada com ações complementares de programas estruturantes nas áreas da educação, saúde e trabalho.

O Ministério do Esporte foi criado em 2003, composto pelos seguintes órgãos específicos singulares: Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR). Cabe destacar que em 2019 o Ministério do Esporte passa a ser Secretária Especial de Esporte ligado ao Ministério da Cidadania.

Situando lazer no objetivo do Ministério do Esporte, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) é responsável pela implantação de diretrizes relativas aos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social, a qual traçou competências (...). Se consagrou um importante conquista no campo institucional do Lazer, em âmbito Federal, tendo em vista que se materializou, como desde os anos 40 não se via, uma identidade própria para a condução da problemática do lazer na estrutura executiva nacional (SILVEIRA 2015, p. 186-187).

A autora supramencionada acrescenta ainda que o Ministério do Esporte viabilizou em 2004, 2006 e 2010, respectivamente, as primeiras, segunda e terceira Conferência Nacional do Esporte, em Brasília. Tais encontros se propuseram a garantir a participação democrática de atletas, clubes,

federações, confederações, comitês olímpico e paraolímpico, gestores de estudiosos do fenômeno esportivo e do lazer.

Com essa ação dos programas da área de específica do esporte, como Brasil Campeão e grandes eventos esportivos, de 2010 até julho de 2014, as ações realizadas com recurso público entraram nas seguintes atividades:

- Implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional recreativo é de lazer;
- Implantação de espaços integrados de esporte, cultura, lazer e serviços públicos praças dos esportes e da cultura;
- Promoção de eventos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento de políticas sociais do esporte recreativo e de lazer;
- Promoção de eventos interdisciplinares do esporte recreativo e do lazer;
- Desenvolvimento do sistema de gestão compartilhada do Esporte e do lazer;
- Desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer a pessoas adultas e idosas -Vida Saudável;
- Fomento à pesquisa para o desenvolvimento de políticas sociais de esporte Recreativo é de lazer-Redes Cedes;
- Renumeração as instituições financeiras públicas pela operacionalização de projeto de desenvolvimento do esporte funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer (SILVEIRA 2015, p.191).

Para tanto, entendemos que o lazer está manifestado nos estatutos, políticas e programas dos setores da saúde, cultura educação e esporte, sendo este último o tanto que abriga a estrutura institucional que trata do tema de forma mais específica ainda que tenhamos a crítica de que a vigência dessa estrutura esteja condicionada a manipulação do capital (EBLING E ABRÃO, 2020).

Desse modo, a origem do lazer, de acordo com Costa (2015, p.26),

seria o ócio e estaria relacionada às práticas de contemplação e de oração que eram disciplinadas e controladas pela igreja. Seria o ócio contemplativo. A passagem do ócio ao lazer não teria se dado de forma abrupta, mas gradualmente ao longo do final do século XIX e início do século XX quando a lógica do trabalho pelo capitalismo passa a ganhar força.

De acordo com Silveira (2015), a ideia de uma política para o instante é de confrontar as ações do estado capitalista, que legitima o lazer como experiência instantânea e descontinuada, cujo principal benefício segura no consumo imediato de bens produzidos pelo mercado de entretenimento ou da indústria esportiva e cultural.

Já Gaudêncio (2016), considera lazer como o tempo livre de trabalho e outras obrigações caracterizadas por um sentimento de relativa liberdade, no qual, como em outros aspectos da vida, o lazer é uma experiência individual, um atributo do grupo ou de outra atividade social. Acrescenta ainda que, o lazer emerge como um produto típico das sociedades saídas da Revolução Industrial com suas atividades recreativas, lúdicas e instrutivas que buscavam trabalhar a formação moral do trabalhador.

Nesse sentido, o autor mencionado, acrescenta que o lazer é um campo acadêmico inserido em uma longa tradição de pesquisas apesar da carência de maior reconhecimento por parte das instituições universitárias. No entanto o mais importante esse estudo é que saiba que o lazer é um campo de tensões entre as classes sociais. Um fenômeno social e motivo de intervenção de políticas públicas, mesmo que de maneira secundária, pois, essa intervenção está relacionada à prática de uma sociedade que se estabelece a partir de um mercado de consumo, que foi construído ao longo da história dos sujeitos.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

Considerando que, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é o principal movimento social do campo no Brasil e um dos mais importantes no mundo. Aqui cabe destacar conforme Formolo (2018), que com a instauração da ditadura civil-militar no Brasil em 1964, os movimentos sociais foram extremamente reprimidos, e só no final da década de 1970 é que houve um processo de retomada dessas organizações políticas.

Formolo (2018), afirma ser preciso ressaltar que o golpe civil-militar no Brasil dialoga com a imposição de governos militares em outros países da América Latina. Nessa perspectiva, Monteiro (2016, p. 78), relata que.

No Brasil, pode-se apontar o final da década de 1970 como marco na retomada das organizações políticas e sociais, com a lei da anistia, de 1978. Depois disso, vários exilados puderam voltar ao país e partidos políticos foram criados (como o PT em 1982). Todo esse processo teve seu ápice no movimento pelas eleições diretas para presidente da República, em 1984 (MONTEIRO 2015, p. 78).

Nesse sentido, Boldi e Orso (2013), acrescentam que oficialmente o MST se constituiu nos anos 80, coincidindo com o final da Ditadura Militar, com a abertura política e o início do processo de redemocratização do país. Assim, para os autores:

Sua fundação oficial ocorreu em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, por ocasião da realização do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes, de 13 estados. Neste encontro, foram definidos alguns princípios básicos e os objetivos gerais do movimento, tais como: a terra deve estar nas mãos de quem nela trabalha; organização dos trabalhadores na base; lutar por uma sociedade sem explorador e nem explorados; ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores e, por fim, articular os trabalhadores da cidade (BOLDI e ORSO 2013, p. 276-277).

Em consonância com Boldi e Orso (2013) Barros e Teixeira (2018) consideram que o MST, foi criado em 1984 tendo como principais objetivos a luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade justa e fraterna. Ao longo do período em que tem atuado, o MST garantiu a conquista da terra para mais de 350 mil famílias, sendo que, atualmente, esse movimento está presente em 24 estados brasileiros, contando com uma base social que abarca mais de 1,5 milhão de pessoas (BARROS E TEIXEIRA 2018).

Nesse sentido, Jorge (2019), afirma que a ocupação se revela como uma forma de territorialização da luta pela terra. Do ponto de vista de Stédile e Fernandes, (2012, p. 115), essa ocupação citada por Jorge (2019), é um modo político de pressionar o poder público em relação à desapropriação e à criação de assentamentos, o que permite a conquista de direitos fundamentais, tais como moradia e trabalho e, consecutivamente, a obtenção de condições mais dignas de vida. Nessa perspectiva, a ocupação é uma forma contundente de luta que “não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social”.

Nessa perspectiva, Barros e Teixeira (2018, p. 401), relatam que o movimento está organizado em coletivos locais (assentamentos e acampamentos), estaduais e nacionais que “atuam na promoção e controle de políticas públicas e articulação com outras entidades e movimentos”.

A partir da organização citada por Barros e Teixeira (2018), Boldi e Orso (2013), destacam que.

O MST passa a intensificar a organização para a luta pela reforma agrária; ajudar na construção e no fortalecimento dos demais movimentos sociais existentes no campo; combater o modelo que defende produtos transgênicos, os monopólios e as multinacionais; desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais e, por fim, participar ativamente das diferentes iniciativas que representam a construção de um projeto popular para o Brasil. A partir de sua organização e ação, o movimento vem se constituindo como a maior força na interlocução da luta pela reforma agrária, direcionando politicamente o rumo da luta agrária no Brasil. Além disto, uma das grandes inovações que este Movimento Social tem apresentado é a compreensão da necessidade da educação enquanto parte do processo de transformação da atual sociedade e alcance de seus objetivos. Na realidade, a reforma agrária é fundamental em qualquer política no sentido de promover o desenvolvimento do Brasil, fato reconhecido pela maioria dos estudiosos dos problemas nacionais. Mas, até hoje, não se conseguiu efetivá-la porque contraria os interesses dos grupos dominantes que controlam o país desde o período da colonização, realizada com base na implantação do latifúndio, da monocultura exportadora e da escravidão (BOLDI E ORSO 2013, p. 277-278).

A esse respeito, Jorge (2019), relata que é por meio da ocupação e, de maneira mais ampla, da luta pela terra que os trabalhadores encontram uma possibilidade de retorno à terra e, assim, constroem resistências, questionam o poder do agronegócio e desafiam a legalidade da propriedade capitalista, a qual permite a acumulação de terras que são mantidas improdutivas ou irregulares, servindo de reserva de valor para as classes dominantes.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo adotou os preceitos éticos e legais de acordo com o preconizado pelo Conselho Nacional de Saúde, regido pela Resolução nº 466/2012, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa pelo número do parecer Consubstanciado – CAAE: 33603520.5.0000.8023.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, descritiva. A pesquisa foi realizada em fevereiro de 2021 na UFT. A amostra foi selecionada por meio do critério de acessibilidade dos participantes para contribuir com a pesquisa, pela facilitação do contato direto com eles e a própria participação voluntária. Logo foram priorizados os estudantes do curso de Serviço Social, modalidade PRONERA que estavam presentes nas aulas *on line* de Leitura e Produção de Textos, do segundo semestre, no período da coleta de dados. Dos 14 entrevistados, 8 eram mulheres e 6 homens, a idade variou de 19 à 56 anos.

Seguindo as indicações de Cardano (2017) e Trad (2009) referentes ao número ideal de participantes no grupo focal, foram selecionados assim, treze estudantes do curso de Serviço Social, modalidade PRONERA. Os participantes da pesquisa se enquadraram dentro dos Critérios de Inclusão, que são eles: aluno do curso de Serviço Social modalidade PRONERA; Ter mais de 18 anos; Residir em algum assentamento e Aceitar fazer parte da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Considerando os Aspectos Éticos e Legais da Resolução nº 466/12, os entrevistados foram identificados por meio de pseudônimos, discente da Luta, Resistência, Ocupação, Militância, Liberdade, Transformação, Persistência, Coragem, União, Companheirismo, Trabalho, Solidariedade, Rebelião, Socialista, Dificuldade. A escolha desses nomes foi realizada aleatoriamente, sendo solicitado aos alunos que os mesmos elencassem 14 palavras que, para eles, fossem representativas ao MST. Logo, a escolha acabou não implicando nas características pessoais dos participantes no momento da coleta de dados.

Coleta e análise dos dados

A coleta de dados foi realizada por meio de grupo focal, sendo que os participantes responderam aos questionamentos elaborados de acordo com os objetivos propostos na pesquisa. Para Abreu, Baldanza & Gondim (2009) é necessário que as perguntas sejam organizadas em forma de roteiro, que se denomina “Guia Tema”.

Em decorrência da pandemia, a coleta de dados foi realizada via *webconferência*, pela plataforma *Google Meet*. No que tange aos equipamentos utilizados, foram necessários dois celulares *smartphones* para uso do aplicativo, um notebook com acesso a internet, gravador de voz e a própria ferramenta de gravação do *Google Meet*. Com a finalização da entrevista, a gravação foi transcrita e organizada por pelos pesquisadores, separado as respostas de acordo com o Guia tema utilizado.

Os dados coletados para este estudo foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), descrita como uma metodologia analítica de informações, construída por etapas minuciosas que requerem do pesquisador atenção e rigor para o desenvolvimento das seções da pesquisa. Essa metodologia é distribuída em três períodos, são eles, a unitarização, categorização e a construção de metatextos (PEDRUZZI, et al 2015). Como qualquer outra metodologia, a exigência principal em seus significados é proporcionar aos pesquisadores a sua própria imersão na análise a ser realizada, tornado complexa a sua compreensão do fenômeno investigado.

Resultados e discussão de dados

Contemplando os objetivos propostos neste estudo, foram destacados o conhecimento e as práticas lazer na percepção dos estudantes do Curso de Serviço Social, turma especial PRONERA,

Os dados obtidos por meio da aplicação do questionário foram organizados em duas categorias, sendo que a primeira questionava os sujeitos participantes sobre: O que realmente é lazer, enquanto que a segunda questionava: O que os Sem Terra acreditavam ser lazer, mas que segundo a literatura acaba não sendo.

Para tanto, relacionada à primeira categoria, quando os sujeitos participantes da pesquisa foram questionados “sobre o que realmente é lazer”, dos 14 sujeitos participantes da pesquisa que totalizavam 100% do total, as respostas foram encaixadas nessa categoria foram de 9 alunos, o que representa um total de 64,28%,. Diante do questionamento, os sujeitos responderam da seguinte maneira:

Lazer para mim é: Quando eu vou para debaixo de um pé de árvore; que venho aqui em casa pego um livro leio; assistir um filme; ficar com minha mãe; conversar com minha mãe; brincar com e dialogar com meus amigos; e ficar só deitado mesmo curtindo a preguiça (Aluno Resistência).

Sentar debaixo de uma árvore que aqui tem bastante; ler um livro ouvindo música; escrever também; eu gosto muito de conversar com os meus amigos ouvindo música; e fazer caminhada com minha mãe e minha irmã (Aluno Militância).

Com base na fala dos alunos Resistência e Militância, fica evidenciado que tem sido crescente o entendimento do lazer enquanto espaço propício para a conquista e desenvolvimento da cidadania, reivindicações e busca da dignidade humana (FIGUEIREDO e SARE, 2014).

Nesse sentido, Dumazedier (1973, p. 34), relaciona o lazer com a satisfação de algumas necessidades humanas como o “repouso, diversão, recreação, distração, desenvolvimento intelectual”. Para o autor o lazer é uma “atividade, ou inatividade voluntária, onde o homem se sente liberto de qualquer grilhão”.

Acho que quando a gente deixa um pouco o trabalho. Para nós aqui no sábado geralmente os jovens se reúnem para jogar futebol; ir para praia no mês de julho se divertir também nos festejos na quadrilha quando tem. Às vezes aqui tem campeonato de futebol (Aluno Ocupação).

Conforme a fala do aluno supracitado, fica evidente que o trabalhador necessita do momento de lazer não apenas para sua saúde física, mas principalmente para sua saúde mental. A mera mudança de local pode ajudar o homem a se sentir livre para pensar e agir, pois quando trabalha o homem fica subordinado ao que lhe é ordenado e estabelecido não havendo possibilidade de fuga (AQUINO E MARTINS, 2007).

Lazer é esta com a família amigos; estar de bem com a vida; às vezes a gente está numa tarefa bem pesada, mas eu acho que lazer é estar com todos amigos, família com quem a gente gosta” (Aluno Luta).

Lazer pra mim é sair um pouco da rotina e fazer o que gosta (Aluno Trabalho)

Lazer pra mim é momento bom com a família, momentos prazerosos (Aluno Solidariedade).

Os sujeitos, Luta, Trabalho e Solidariedade, demonstram que momentos de lazer é prazeroso quando se esta ao lado da família, que mesmo após um dia de serviço eles conseguem ter um momento destinado ao lazer, e que seus familiares estão inclusos nesse momento. Nesse sentido, fica evidente que além de buscar o prazer, a diversão e o sair da rotina, o lazer deve possibilitar ao trabalhador que ele pare para pensar, refletir, e isto permite que ele se encontre consigo próprio, com sua realidade social, com os conflitos e crises que o permeiam, pois, o momento de lazer pode ser o único momento em que o trabalhador se sente apto a questionar sua realidade social, podendo ter como função principal a autoconscientização do trabalhador (FERREIRA & MENDONÇA, 2012).

Bem, para mim lazer é se dedicar alguma coisa que você realmente gosta com os amigos é você trabalhar as coisas que você gosta e aperfeiçoar as habilidades, tocar um violão, tomar uma cerveja (Aluno Coragem).

Lazer é sair um pouco do que o sistema impõe pra gente do que é produtivo e o que não é produtivo. Mas o lazer é produtivo, pois faz você produzir bem. Te mantém estável. Quando seu trabalho é algo que gosta de fazer, por exemplo, eu trabalho na área artística beber e dançar esporecer isso também é se cuidar sair um pouco do que o sistema impõe para gente (Aluno Rebeldia).

A fala dos sujeitos Coragem e Rebeldia vêm de encontro com a ideia de Pereira (2018, p. 8), quando afirma que:

o tempo de lazer deve ser considerado como um tempo privilegiado, que propicie mudanças de sociais, morais e políticas. Por isso, podemos afirmar que na nossa sociedade o que ocorre é o antilazer, a negação do lazer, pois o tempo de lazer só serve para alimentar a alienação e manter as pessoas integradas ao modo de vida industrial, capitalista. O lazer deveria fazer com que pensemos em nossa realidade social, e não nos divertir ou possibilitar às pessoas que se integrem perfeitamente na sociedade industrial e urbana, servindo conseqüentemente, como instrumento de dominação (PEREIRA 2018, P8).

Por outro lado, esse mesmo sujeito, percebe o lazer como algo que faz bem para a saúde e bem estar. Para Dumazedier (1973), o lazer, comumente, é relacionado ao divertimento e ao descanso. Lazer não é sinônimo de não-fazer, pois inclui esforços físicos capazes de satisfazer o homem, podemos citar: praticar esportes, sair para dançar, escrever um livro dentre outros.

Quando encaixados na segunda categoria: O que os sem terras “acreditavam ser lazer”, dos 14 sujeitos participantes da pesquisa que totalizavam 100% do total, as respostas foram obtidas nesta categoria por apenas cinco estudantes. Logo, isto representa um total de 35,31% do total de pesquisados. Diante do questionamento, os sujeitos responderam da seguinte maneira:

azer para mim é quando a gente deixa de fazer algo que não está no nosso cotidiano, que aqui no assentamento a gente trabalha pesado né? Na roça plantando e colhendo. Então lazer é quando a gente sai para fazer outras coisas como: pescar, aqui a gente gosta muito de pescar. O meu esposo gosta muito do Araguaia pescar e tomar banho. A gente vai à festa também, festa dançante aqui na comunidade tem muitos festejos durante todo ano e nós vamos a cada um deles, são dez comunidades, durante todo ano a gente vai às festas. Em dezembro tem Folia de Santo Reis à gente vai nessa Folia almoçar e jantar uma coisa maravilhosa é uma mesa enorme e nós vamos almoçar e jantar, mas é muito bom. Aqui também tem futebol para os jovens (Aluno Liberdade).

Lazeres pra mim é curtir a família os amigos curtir uma praia comer um peixe assado (Aluno Transformação).

A narrativa dos sujeitos acima nos permite compreender que o processo de transformação social almejado pelo MST passa, também, pela mudança nos significados das diversas práticas sociais, dentre elas, o lazer, vivenciadas pelos/as trabalhadores/as rurais Sem Terra (FILHO, 2004).

Para tanto, entendemos que as políticas públicas de lazer visam assegurar o direito constitucional ao lazer e suas possibilidades de atuação no plano social e cultural de uma determinada comunidade. A Constituição brasileira garante a todo cidadão o lazer como um dos direitos sociais (BRASIL, 1988).

Lazer é dormir pelo menos umas três horas à tarde. Lazer é praticar coisas prazerosas pra gente, tomar um banho de rio, andar no mato sozinho (Aluno Coragem).

A partir dos pensamentos do aluno coragem, inferimos que lazer “é praticar coisas boas”, o que evidencia que ainda no que se refere aos significados atribuídos ao lazer, temos o entendimento dessa prática social em estreita relação com a cultura.

Praticamente minha vida já é um lazer fico no celular e vou para praia no mês julho no Araguaia com a família (Aluno Socialista).

A partir do fragmento acima o lazer é algo que sempre veio associado à promoção e inclusão social, ao bem-estar, ao processo de interação entre indivíduos por meio das redes sociais.

Onde a gente tem as práticas de desenvolver festa junina na área de lazer futebol, aí vem o aniversário do assentamento, festejo de igreja ir ao um banho e está com a família (Aluno Dificuldade).

Nesse sentido, para Galante (2018, p. 72) o direito ao lazer visa “atender as necessidades básicas dos indivíduos no tocante ao bem-estar, a interação e socialização”. A autora conjectura o lazer como:

Espaço propício para a conquista e desenvolvimento da cidadania, para reivindicações e busca da dignidade humana. Através do lazer os indivíduos procuram abranger todos os aspectos que “caracterizam o ser humano no seu processo de vir a ser; ou seja, contemplam a integralidade das necessidades humanas, sejam elas corporais, manuais, de sensibilidade ou de sociabilidade” (GALANTE, 2007, p.72).

Por outro lado, dentre os vários estudiosos do lazer que cujos estudos tiveram grande repercussão no Brasil, destaca-se o sociólogo francês Joffre Dumazedier.

Dumazedier (1973, p.34) entende o lazer como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Para finalizar, de acordo com Dumazedier (1973), o lazer teria, basicamente, três funções: descanso, divertimento e desenvolvimento. Para o autor a função de descanso traria o lazer como “reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas” (DUMAZEDIER, 1973, p.32).

Enquanto que a função de divertimento compreende a recreação e entretenimento, ou seja, a busca de atividades compensatórias e que provoquem prazer e satisfação. Já a função de desenvolvimento do lazer cria possibilidades de aprendizagem, suscitando no indivíduo “comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade” (DUMAZEDIER, 1973, p.34).

Considerações

Esta pesquisa resultou de um esforço para reunir obras de diferentes áreas, muitas ainda pouco conhecidas, tratando de variados assuntos que não são comumente relacionados, no intuito de construir um entendimento mais consistente sobre o lazer. Pretendeu-se realizar uma investigação sobre quais as contribuições do lazer para o bem-estar dos estudantes do Curso de Serviço Social modalidade PRONERA da Universidade Federal do Tocantins.

Para tanto, teve como objetivo: entender de que forma os Sem Terra estudantes do Curso de Serviço Social modalidade PRONERA da UFT percebem as contribuições do lazer para o bem-estar.

Evidenciou-se por meio desta pesquisa que são recorrentes no Brasil, as pesquisas sobre lazer que buscam situar cronologicamente seu surgimento, ou ainda conceituar tal fenômeno e analisar os significados por ele incorporados ao longo do tempo, e que a discussão sobre o período de surgimento do lazer é motivo de polêmica entre os pesquisadores.

Logo ficou comprovado a partir dos estudos em Formolo (2018), que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é o principal movimento social do campo no Brasil e um dos mais importantes no mundo. Cabe acrescentar que, com a instauração da ditadura civil-militar no Brasil em 1964, os movimentos sociais foram extremamente reprimidos, e só no final da década de 1970 é que houve um processo de retomada dessas organizações políticas, e por essa razão oficialmente o MST se constitui nos anos 80, coincidindo com o final da Ditadura Militar, com a abertura política e o início do processo de redemocratização do país.

A partir dos dados obtidos por meio do questionário aplicado, e tendo como base a fala do Aluno União que afirma que lazer é: “Sentar debaixo de uma árvore que aqui tem bastante; ler um livro ouvindo música; escrever também; eu gosto muito de conversar com os meus amigos ouvindo música; e fazer caminhada com minha mãe e minha irmã”, ficou esclarecido que tem sido crescente o entendimento do lazer enquanto espaço propício para a conquista e desenvolvimento da cidadania, reivindicações e busca da dignidade humana como pontuou Dumazedier (1973, p.

34), ao afirmar que relaciona o lazer com a satisfação de algumas necessidades humanas como o “repouso, diversão, recreação, distração, desenvolvimento intelectual” é uma “atividade, ou inatividade voluntária, onde o homem se sente liberto de qualquer grilhão”.

Por fim, evidencia-se que os estudantes do Curso de Serviço Social modalidade PRONERA da Universidade Federal do Tocantins entendem o lazer como momento de descontração que gera bem-estar; momento de descanso em companhia familiar e que as suas contribuições são relevantes no cotidiano dos Sem Terra.

Referencias

AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. Rev. **Mal-Estar e Subjetividade**. (online). 2007, vol.7, n.2, pp. 479-500. ISSN 1518-6148.

AULICINO, M. O lazer e a escola pública de ensino médio em Ermelino Matarazzo. **Licere**, v. 14, n. 2, p. 1–25, 2011.

BALDI, F. ORSO, P. J. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – educação em movimento. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, nº 50 (especial), p. 275-285, mai 2013 - ISSN: 1676-258.

BARROS, D.V.; TEIXEIRA, C. F. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e saúde do campo: revisão integrativa do estado da arte. **Saúde Debate**. RIO DE JANEIRO, V. 42, NÚMERO ESPECIAL 2, P. 394-406, OUTUBRO 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe2/0103-1104-sdeb-42-spe02-0394.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal 2021.

BUENO, L. **Política públicas do Esporte no Brasil: Razões para o predomínio do alto rendimento**. (2008). Tese (Doutorado em administração de empresas) Fundação Getúlio Vargas São Paulo: SP 2008. 187 f.

CARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria argumentativa**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2017.

COSTA. L. de C. **Trabalho, ócio e lazer: Um olhar discursivo**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

DIAS, C. *et al.* Estudos do lazer no brasil em princípios do século XXI: Panorama e perspectivas. **Movimento**, v. 23, n. 2, p. 601–616, 2017.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EBLING, D.; ABRÃO. K.; **Esporte e Lazer: Estudos e práticas no estado do Tocantins**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. v. 1. 151p.

FERREIRA, M.C.; MENDONÇA, H. **Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais**. São Paulo – SP, Casa do Psicólogo, 2012.

FIGUEIREDO, S.J.L.; SARE, L.L.P. Usos e práticas do lazer e dos tempos livres: do consumo à procura pela felicidade. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, p. 148-164, 2014.

FORMOLO, D. **Uma história visual da luta pela terra**: Porto Alegre, Praça da Matriz, 1990. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. 285 f.

GALANTE, R. C. **Memórias do Celazer: Influências e contribuições para os estudos do lazer no Brasil.** (2018) Tese (Doutorado em Educação Física), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018. 122f.

JORGE, A. B. **A luta pela terra: o caso do pré-assentamento Irmã Dorothy em Barbosa Ferraz** – PR. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR, 2019. 176 f.

LOPES, A. C. M. **O direito social ao lazer em perspectiva crítica: desigualdades e democratização do acesso.** Dissertação (Mestrado em de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e educação.** 15. ed. Campinas, Papirus: 2012.

MOCELIN, D.G. Redução da jornada de trabalho e qualidade dos empregos: Entre o discurso, a teoria e a realidade. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 38, p. 101–19, 2011.

MONTEIRO, C.; **História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a**

NASCIMENTO, D. E. do; ABRÃO, R. K.; QUARESMA, F. R. P.; SOARES, K. C. P. C.; TAVARES, A. L. Formação, Lazer e Currículo: Os Cursos de Educação Física do Tocantins. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 342–361, 2020. DOI: 10.35699/2447-6218.2020.24044. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/24044>. Acesso em: 9 out. 2021.

OLIVEIRA SANTANA, M. D.; MACHADO SILVA, A. P.; CARVALHO DE ARAÚJO, B.; ABRÃO FERREIRA, R. K. Conhecimentos e práticas de lazer: uma perspectiva de trabalho e saúde. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 27, p. e35146, 2021. DOI: 10.26512/lc.v27.2021.35146. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35146>. Acesso em: 9 out. 2021.

PEDRUZZI, Al. N. et al. Análise textual discursiva: os movimentos da metodologia de pesquisa. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, SC, v. 10, n.2, p. 584-604, mai./ago. 2015. ISSN 1809-0354 Blumenau, v. 10, n.2, p.584-604, mai./ago. 2015. ISSN 1809-0354. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2015v10n2p584-604>. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdespesquisa/article/view/4312/0>. Acesso em: 2 de junho. 2020.

PEREIRA, M. A. S. **Direito ao lazer e legislação vigente no Brasil.** Dissertação (Mestrando em Direito) Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, 2018. 93f.

SANTOS F., J. Ensaio sociológico sobre o fenômeno do lazer em Karl Marx e Paul Lafargue. *Revista Turismo Em Análise*, 15(2), 150-165. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v15i2p150-165> São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVEIRA, S. V. da. **Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica de políticas públicas de lazer no Brasil.** (2015). Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão. São Luiz, 2015. 240 f.

SOUZA, A.S.; SILVA, C.L. A interface educação/lazer: representações e discursos de professores de educação física da rede pública de Piracicaba-SP. **Licere**, v. 22, n. 3, p. 1–33, 2019.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente** – A trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2 ed, 2012.